

**Margarida Sobral Neto, *Problemática do Saber Histórico*, Coimbra: Palimage, dezembro de 2013 (113 pp.).**

A obra *Problemática do Saber Histórico Guia de Estudo* foi publicada em dezembro de 2013. Esta edição enquadra-se num contexto curioso, uma vez que nos últimos anos têm sido dados à estampa alguns títulos que reflectem sobre temáticas relativas à História da Historiografia, à Teoria da História, à Epistemologia do Conhecimento Histórico. A obra em análise surge numa determinada conjuntura de crise política, económica e social, e não deve desligar-se a sua publicação de outros acontecimentos editoriais que versam problemáticas relacionadas com a História da Historiografia: *Outros Combates pela História* (2010), coordenado por Manuela Tavares Ribeiro, e *Para que serve a História?*, de Diogo Ramada Curto (2013). Lançada em Novembro de 2013, a colectânea *Historiografias Portuguesa e Brasileira do Século XX Ollhares Cruzados* pode ser comparada com os trabalhos citados, demonstrando um interesse crescente por matérias desta natureza, tanto mais relevante se tivermos em conta que se trata de assuntos tradicionalmente menos estudados. Essa relativa escassez está a ser enfrentada pelas investigações historiográficas enumeradas, que pretendem colmatar a lacuna apontada, que se prende com a complexidade das temáticas envolvidas, e o eventual melindre decorrente da auto-reflexão dos historiadores sobre o seu ofício, ou acerca da comunidade que se lhe encontra associada.

Convém saudar de modo enfático as iniciativas que rompem silêncios, omissões e obstáculos, e promovam a discussão e o debate sobre temáticas historiográficas. O objecto desta recensão é indissociável do percurso biográfico da sua autora, detalhadamente descrito na badana da obra. Margarida Sobral Neto nasceu em Sernancelhe e revelou desde cedo apetência por temáticas de História Moderna. A sua tese doutoramento, apresentada em dois volumes à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitula-se *Regime senhorial, sociedade e vida agrária: o Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra*, elegendo a História Local numa perspectiva alargada, analisando-a sob o prisma da história económica e social, materializando uma historiografia de sólida base documental e conceptual, na qual as teorizações dependem da crítica de fontes. O texto *Problemática do Saber histórico Guia de Estudo* enquadra-se neste contexto, valorizando a prática empírica, a pesquisa documental e a metodologia crítica como elementos centrais de todo o processo.

Estamos perante um meritório *guia de estudo*, que cumpre uma função pragmática, associada a um desígnio programático, descrito na introdução (p.9-11). A autora é professora na Faculdade de Letras de Coimbra, ensinando há cerca de três décadas e meia uma disciplina de iniciação actualmente designada *História e Problemática do Saber Histórico*. A docente reconhece que a bibliografia com a qual se confrontou sucessivamente nem sempre era a mais adequada a alunos que tinham terminado o ensino secundário. Esta situação obrigou Margarida Sobral Neto a agir, compilando fontes e bibliografia, procedendo a uma organização lógica das matérias, de modo a torná-las mais facilmente apreensíveis e assimiláveis. A *Problemática do Saber Histórico Guia de Estudo* constitui uma resposta eloquente a estas inquietações e possui uma natureza pedagógico-didáctica, sem esquecer o apelo à investigação e à divulgação de conhecimentos. Apesar do carácter inovador deste trabalho no que tange à sua natureza, detentora de algumas afinidades com os esforços tendentes à composição de um manual, teve alguns antecedentes, ainda que escassos. Referimo-nos à obra de José Maria Amado Mendes intitulada *A História Como Ciência*, publicada em 1987, originalmente destinada a constituir um programa de uma disciplina dedicada à temática em apreço no título. Parcialmente, no mesmo sentido, em 1990, João Francisco Marques apresentou um relatório de agregação à Faculdade de Letras do Porto,

relativo à disciplina de *Teoria da História e do Conhecimento Histórico, programa conteúdo e método numa disciplina de licenciatura em História*. Em 1994, na referida instituição, Armando Carvalho Homem submeteu-se a provas da mesma natureza, desta vez referentes à disciplina de *Introdução à História, programa, conteúdos, métodos, bibliografia*.

No entanto, a leitura da *Problemática* (...) não fica imune às marcas que, em nosso entender, mais decisivamente a identificam: a necessidade de esquematização de conhecimentos; apresentação gráfica dos mesmos; a existência de sumários que colocam em prática exercícios de síntese; as explicações fornecidas, incisivas mas curtas, predominando uma sintaxe simples e clara; a abundância de citações de fontes históricas, extremamente criteriosas, visualmente destacadas. Esta obra divide-se em cinco pontos: *noções básicas de epistemologia histórica; conhecimento histórico; o ofício de historiador; territórios do historiador; lugar da História na sociedade actual*. Esta estrutura é dinâmica e portadora de uma cadência própria do contexto de sala de aula.

A autora começa, num primeiro ponto (pp. 13-14), por tentar definir História, apresentando algumas tentativas que a ligam ao *conhecimento do passado humano*, ou à *ciência dos homens no tempo*, distinguindo, em seguida, à maneira hegeliana, a *res gestae* (a realidade histórica, o devir dos acontecimentos) da *historia rerum gestarum* (reflexão historiográfica sobre esse passado).

Num segundo ponto deste guia (pp. 15-25), Margarida Sobral Neto procura identificar os principais discursos sobre a natureza do conhecimento histórico e situar a História no contexto das Ciências Sociais e Humanas. No primeiro caso, enumera três paradigmas: o *positivista*, os *anti-positivistas* e o pós-moderno. A *Revue Historique* liga-se apenas à escola metódica, distinguindo-se esta claramente do *positivismo* (liderado por Comte e centrado no apuramento de leis gerais). Dentro dos *Annales*, Margarida Sobral Neto destaca sabiamente Febvre e Bloch, ainda que seja possível observar algumas particularidades heterogêneas se percorrermos as várias obras de cada um destes historiadores e se compararmos o autor da *Apologia da História* com o responsável por *Combates pela História*.

Após a exposição dos modelos dos discursos historiográficos, Margarida Sobral Neto discorre breve e sagazmente sobre vias intermédias de conhecimento, *situadas entre a objectividade “ingénua” do positivismo [sic] e o subjectivismo extremo das concepções pós-modernas*. A autora defende que o conhecimento histórico resulta de uma relação recíproca entre os historiadores e as fontes, não sobrevivendo nenhuma das partes desta equação à ausência da outra. Concordamos com esta perspectiva, que já tinha sido apontada por Armando Carvalho Homem, no seu relatório de agregação, intitulado *Introdução à História (Programas, conteúdos, métodos e bibliografia)*. A terminar o segundo ponto, a investigadora defende uma perspectiva que salguarde e promova a interdisciplinaridade entre a História e as Ciências Sociais, referindo-se a Lucien Febvre, Fernand Braudel e Vitorino Magalhães Godinho, elogiando particularmente este último, de modo discreto mas sentido. A autora demonstra profunda capacidade de actualização bibliográfica, dado que noticia a reedição recente (em 2013) da obra *A crise da História e suas novas directrizes*. No entanto, Margarida Sobral Neto não apresenta a sua posição acerca do peso relativo da ciência de *Clio* no conspecto dos saberes correlativos, eximindo-se a pomenorizar e problematizar a perspectiva *braudeliiana* sobre este assunto.

No terceiro ponto (pp. 33-54), a autora começa por perguntar *o que é ser historiador hoje*, mas os indícios de resposta que esboça são lacónicos, apesar de se revelarem certos, uma vez que sublinha a importância dos produtores do conhecimento e dos seus contextos, salvaguardando a natureza cognitiva do trabalho dos cultores de *Clio*, bem como a importância dos aspectos práticos e metodológicos de que se reveste. Assim se compreende e justifica a passagem algo abrupta, mas cirúrgica, para o sub-ponto intitulado *Marcos da construção do ofício do historiador*,

ao qual a historiadora dedica particular atenção, que evidencia a importância conferida a este andamento específico no seu guia.

Num quarto ponto (pp. 55-82), a investigadora efectua um balanço sintético e bem conseguido dos estudos historiográficos em Portugal, naquilo que designa por *Territórios do historiador*, sem problematizar conceitos, como os de *campo historiográfico*, *domínios* ou dimensões. A autora divide o itinerário em dois momentos cronológicos, o primeiro de 1900 a 1970 (no qual predominavam a história económica e social e a demografia histórica) e o segundo de 1980 até à actualidade (no qual pontificam, por esta ordem: uma nova história social política e da cultura; as incertezas da história na viragem do século XX, a História da Historiografia; a procura de uma História Global, as *connected histories*, a história ecológica; a história das mulheres e da família; a história das vivências religiosas e das religiões, a história da ciência e os percursos de uma nova história local).

No quinto ponto (pp. 83-90), sobre *o lugar da história na sociedade actual*, Margarida Sobral Neto defende a necessidade da existência do historiador-cidadão, distinguindo a participação cívica de alguns excessos resultantes de enviesamentos ideológicos, considerando relevante situar historicamente as ideologias, de modo a compreender melhor o seu funcionamento. A historiadora aponta os estudos de Luís Reis Torgal e cita uma passagem de Georges Duby num diálogo com Guy Lardreau: «A história dá lições na medida em que ensina a dúvida metódica, o rigor, em que é aprendizagem de uma crítica da informação» (p. 86). Do nosso ponto de vista, o glossário (pp. 89-90) e a apropriada bibliografia (pp. 103-19) presentes no final do livro de Margarida Sobral Neto são excelentes fontes de aprendizagem, tal como o *guia* na sua totalidade, muito generoso ao nível do fomento da experiência, a partir e através do exemplo.

**Nuno Bessa Moreira, FLUP/CITCEM**



**João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coordenadores) *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: Olhares Cruzados*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, novembro de 2013 (392 pp. 17 euros).**

A obra analisada resulta da colaboração entre o *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX* (CEIS 20), de Coimbra e o *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas, sendo os historiadores participantes essencialmente deles oriundos.

Do nosso ponto de vista, passível de discussão e de um saudável exercício do contraditório, a obra colectiva *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: olhares cruzados* é difícil de classificar, dado que envolve múltiplos historiadores, provenientes de Portugal e do Brasil, portadores de metodologias, percursos e idiosincrasias diversos. Contudo, parece-nos possível arriscar, sem reservas, a predominância de uma abordagem teórico-prática, conforme julgamos deprender da leitura da introdução, na qual os coordenadores vão mais longe, ultrapassando dicotomias, dualismos ou junções binárias, e pretendem indagar dimensões teórico-metodológicas, epistemológicas e deontológicas.

Na perspectiva que advogamos, a história da historiografia não deve ser exclusiva ou aprioristicamente teórica. Possui uma dimensão teórica que irrompe, na maioria das vezes, da prática, mas também acontece largamente o contrário, dado que o trabalho empírico entra em diálogo com orientações teóricas que o segmentam e condicionam. No primeiro artigo, Luís Reis Torgal desenvolve uma metodologia que o próprio classifica de *ego-história*, lembrando os tempos nos quais fora aluno, em 1963, de Guilhermino César, na disciplina de História do Brasil. Compara o entusiasmo pelas suas lições, multifacetadas e ligadas à realidade, com o magistério de Sílvio de Lima, portador de algumas semelhanças com o do intelectual nascido no outro lado do atlântico. Esta evocação, objectiva e contidamente nostálgica, mas avessa a panegíricos, impulsiona uma rápida mas rigorosa inventariação, de teor cronológico, das relações entre as historiografias de Portugal e Brasil até à actualidade. O cultor de *Clio* conclui que nas últimas décadas se assiste a um fortalecimento das relações entre as historiografias portuguesa e brasileira, destacando, todavia, um maior paralelismo do que verdadeiro cruzamento entre ambas.

No estudo seguinte, Lúcia Maria Paschoal Guimarães elege *Os Congressos de História e os percursos da historiografia brasileira no século XX*. Privilegia um procedimento de cariz dedutivo, dado que define a natureza de certames multiformes como os congressos, considerando-os termómetros da atualidade do conhecimento histórico e lugares privilegiados da troca de ideias, fontes, bibliografias, temas e metodologias. A historiadora desenvolve uma metodologia comparativa, dado que analisa o primeiro congresso de História nacional do Brasil, ocorrido entre 7 e 14 de setembro de 1914 e o quarto, de 1949.

No artigo seguinte, João Paulo Avelãs Nunes alarga os limites de uma investigação comparativa, optando por uma perspectiva panorâmica e diacrónica sobre *O Estado, A Historiografia e outras ciências / tecnologias sociais*. Centra-se na realidade portuguesa ao longo do século XX até à actualidade. Os discursos sobre o passado são encarados como instrumentos de legitimação político-ideológica e de coesão nacional.

João Paulo Avelãs Nunes desenvolve as seguintes temáticas: *história da historiografia e da memória histórica história política e história da historiografia; correntes historiográficas e instituições produtoras de conhecimento histórico; historiografia e outras ciências/tecnologias sociais*. Este artigo é, na nossa maneira de ver, nuclear na economia da obra da qual faz parte, tanto do ponto de vista metodológico, quanto epistemológico e também no plano teórico e deontológico, afirmando

a relevância de uma história da historiografia de temática essencialmente política e social, mas aberta ao diálogo com as outras ciências sociais, mormente a economia ou a sociologia.

Igualmente nucleares no conjunto dos textos apresentados são os dois trabalhos seguintes, da autoria de Helena Bomeny e do Professor Francisco Carlos Palomanes Martinho. A primeira escreveu o artigo intitulado *Ciências Sociais e História: Encontro Institucional* e concretiza um estudo de caso sobre *O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (1973)*. A autora aponta quatro princípios fundamentais do ofício de historiador contra o individualismo utilitarista: coesão grupal, solidariedade, efectividade e defesa de interesses motivados por valores.

Por seu turno, Francisco Palomanes Martinho enfrenta um tema complexo, suscitador de polémicas recorrentes: *O Estado Novo na Historiografia Portuguesa: sobre a questão do fascismo*. O historiador empreende uma revisão crítica do modo como os cultores de Clio encararam a temática patente no título e aceita o pioneirismo da perspectiva de Manuel Lucena, de 1971, segundo a qual o Estado Novo absorveu inequivocamente o fascismo italiano, embora se afaste desta leitura.

No artigo imediatamente a seguir, Jorge Ferreira empreende uma revisão bibliográfica, sobre um período parcialmente coincidente em termos cronológicos com o Estado Novo. Trata-se de *A experiência Liberal-Democrática no Brasil (1946-1964): Revisitando temas historiográficos*. O historiador pretende contribuir para ajudar a colmatar a relativa escassez de estudos histórico-historiográficos sobre este período. Centra-se em três questões: o estatuto do regime; os partidos e o Golpe de 1961.

Noutro artigo, Fernando Tavares Pimenta, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, escreveu sobre *A ideologia do Estado Novo, A guerra Colonial e a Descolonização em África*. Efetua uma bem fundamentada crítica da historiografia sobre a temática em análise. Afirma que a maioria dos estudos realizados em Portugal incide sobre a metrópole, sendo escassos aqueles que se dedicam especificamente às colónias.

A colectânea em análise continua a acompanhar, em diacronia, a cronologia da História de Portugal e Brasil, desta vez em conjunto, através do texto de Américo Freire e de Francisco Palomanes Martinho, intitulado *As Historiografias Brasileira e Portuguesa e o problema da transição para a Democracia*. Já no título, os historiadores revelam a metodologia seguida, baseada na crítica da aplicação do modelo de democracia ocidental.

O conjunto de artigos que se seguem deixa a história política geral para se dedicar à Educação, ao Ensino e àquilo que os organizadores da colectânea designam por tecnologias derivadas da História: *Didáctica, Museologia, Património*. No primeiro trabalho deste conjunto, o investigador do CEIS 20, Luís Mota estuda os *Modelos de Ensino e Aprendizagem da História. Da Formação enciclopédica à especialização (1901-1957)*, optando metodologicamente por uma linha que privilegia a História da Instituições, numa perspectiva diacrónica e explicativa.

Em seguida, Libânia Xavier e Ana Waleska Mendonça apresentam o estudo *História e Sociologia da profissão docente: Estudos em circulação no Brasil e em Portugal (1990-2010)*. Assiste-se a um número crescente de investigações que sublinham a progressiva proletarização da actividade docente.

Por sua vez, no seu texto, Isabel Barca pronuncia-se sobre *Educação Histórica e História da Educação*, distinguindo ambos os âmbitos. A investigadora elabora um estudo de caso em doze escolas, seis portuguesas e as restantes brasileiras. Testa a identidade e consciência histórica, os sentidos da mudança e o sujeito na História.

Num âmbito diferente, Marly Mota estuda as relações entre a história local e a nacional no

artigo intitulado *S. Paulo é a cabeça da Nação: A Historiografia regional e a História Nacional no Brasil Republicano*, analisando a construção político-ideológicas da memória histórica levadas a cabo pela elite cultural paulista.

Na abordagem que se segue, Álvaro Garrido, investigador do CEIS 20 e consultor do Museu Marítimo de Ílhavo, debruça-se sobre esta instituição e critica profundamente um modelo museológico passadista, assente numa retórica *maritimista, atlantista e navalista*, pugnando pela íntima conexão entre o Museu e as culturas marítimas, defendendo a necessidade de privilegiar a pluralização de memórias.

No seu estudo, a historiadora brasileira Lucia Lippi Oliveira elege o *Património Ontem e Hoje: O Caso Brasileiro*, destacando dois tempos. O primeiro é o da criação do *Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional* (1937) e o segundo, configurado após a Constituição de 1988, corresponde à adopção da categoria *bens imateriais* para designar o património. No primeiro período predomina a *instituição* do património, enquanto no segundo prevalece o seu *reconhecimento*.

No último artigo, Manuel Ferreira Rodrigues debruça-se sobre *A Primeira Historiografia da Indústria Portuguesa (1881-1930): Uma Síntese*, na qual conclui que esta é diversamente herdeira de Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga, assentando numa historiografia factual e dos grandes homens, elitista, aristocrática e nacionalista.

Em síntese, A obra *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX* é extremamente relevante a vários níveis: contribui para diminuir a escassez de estudos sobre História da Historiografia; confirma uma conjuntura de consolidação desta área de estudos e demonstra robustez teórico-epistemológica, aliada a uma saudável preocupação com a crítica de fontes, reforçando a diversidade e vitalidade do *paradigma neo-moderno*.

Outro aspecto que comprova a importância desta obra prende-se com a abordagem da história da historiografia pelo prisma da *Nova História Política*, atenta sobretudo às dimensões sociais e ideológicas da historicidade. Por outro lado, a colectânea evidencia uma preocupação, comum a outros trabalhos, mas sempre importante, dado que ajuda a dissipar a ideia segundo a qual a história da historiografia trata matérias abstratas, desligadas da realidade e do devir Humano. No entanto, em trabalhos futuros, de cariz análogo, na história da historiografia, pode haver espaço para uma perspectiva maioritariamente sócio-cultural, implicando uma análise de conteúdos com uma análise de discurso, ambas autónomas, mas conjugáveis entre si. A nossa abordagem pode e deve incorporar muitas sugestões patentes na obra analisada.

**Nuno Bessa Moreira (FLUP/CITCEM)**